

Selbach/RS, 24 de março de 2017.

**PARECER JURÍDICO 021/2017**

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI Municipal 018/2017, ORIGINÁRIO DO PODER EXECUTIVO.

**TRAMITAÇÃO:** REGIME NORMAL

**FUNDAMENTAÇÃO:** ARTIGO 7º, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SELBACH-RS

Vem a exame dessa Assessoria, para parecer, por solicitação do Presidente da Mesa Diretora, o Projeto de Lei Municipal nº.018/2017, que *“Altera e dá nova redação ao Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.007/2014 que Incluiu dispositivos na Lei Municipal n.º 2.365/2005, que Estabelece o Código Tributário do Município, consolida a legislação tributária e dá outras providências”*.

O Projeto de Lei apresentado não fere nenhum Princípio Constitucional, Federal, Estadual ou Municipal, estando de acordo com o estabelecido no artigo 7º, Inciso II, da Lei Orgânica do Município de Selbach, e artigo 30, inciso I e artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, logo, é pertinente nos moldes da legalidade quanto ao objeto a que se destina.

***Art.7º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:***

***II – Decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;***

***Art. 30 – Compete aos Municípios:***

***I – Legislar sobre assuntos de interesse local;***

***Art.37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:***

***...***

Desta forma, opino pela constitucionalidade do teor do Projeto de Lei e seus afins, portanto, este é legal sob o ponto de vista jurídico, podendo ser apreciado e votado pelos pares Edis desta Câmara Municipal de Vereadores.

É o parecer.

CLAUDIR JOSÉ WENDLING  
Assessor Jurídico  
OAB-RS 33.218